



A negociação de objetos de discurso em interação digital polêmica no Twitter

Francisco Felipe de Oliveira Rocha

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros (RN), Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9711-2289>

E-mail: felopeoliveira.rocha@gmail.com

Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros (RN), Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9569-5567>

E-mail: lidianemoraes@uern.br

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar de que forma os interlocutores negociam os objetos de discurso ou referentes numa interação digital polêmica via Twitter. O *corpus* constitui-se das respostas de usuários da referida rede social a um *tweet* do perfil da *Folha de S. Paulo* que veicula uma notícia sobre o uso da linguagem neutra pelo governo Lula. Para alcançar o objetivo pretendido, valemo-nos das contribuições teóricas de alguns autores, entre os quais: Amossy (2020), Cavalcante et al. (2020) e Macedo (2018), para abordar as bases teóricas da Teoria da Argumentação no Discurso e de sua interface com a Linguística Textual; Amossy (2017), para tratar da modalidade polêmica de argumentação; e Mondada e Dubois (2003), Custódio Filho (2011) e Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), para discutir o fenômeno da referenciação. Nossa análise revelou que a configuração da modalidade polêmica passa diretamente pelo modo como os interlocutores negociam conflituosamente os referentes mais salientes na interação. Confirmou-se, assim, a proficuidade da interface entre Linguística Textual e Teoria da Argumentação no Discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Referenciação; Interação digital; Modalidade polêmica; Twitter.

The negotiation of discourse objects in a polemical digital interaction on Twitter

ABSTRACT

This work aims to investigate how interlocutors negotiate discourse objects or referents in a polemical digital interaction on Twitter. The *Corpus* is constituted of answers from users of the aforementioned social network to a tweet of *Folha de S. Paulo* profile that conveys news about the use of neutral language by Lula's government. To reach the intended aim, we used the theoretical contributions of some authors, including: Amossy (2020), Cavalcante et al. (2020) and Macedo (2018), to approach the theoretical bases of the Theory of Argumentation in Discourse and its interface with Textual Linguistics; Amossy (2017), to deal with the modality polemic in argumentation; and Mondada and Dubois (2003), Custódio Filho (2011) and Cavalcante, Custódio Filho and Brito (2014), to discuss the phenomenon of referencing. Our analysis has revealed that the modality polemic configuration passes directly through the way interlocutors conflictly negotiate the more salient referents in the interaction. It's been confirmed, thus, the usefulness of the interface between Textual Linguistics and Theory of Argumentation in Discourse.

KEYWORDS: Referencing; Digital interaction; Modality polemic; Twitter.



1. Introdução

O desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação culminou na expansão das possibilidades de interação humana. As redes sociais, como o Facebook, o Instagram e o Twitter¹, têm-se revelado um terreno fértil para a investigação de aspectos da interação humana por parte de estudiosos de variadas vertentes dos estudos da linguagem. O presente trabalho filia-se teórica e metodologicamente à Linguística Textual (doravante LT), uma disciplina que se volta para a explicação das estratégias de textualização. Mais especificamente, situamo-nos na interface estabelecida entre a LT e a Teoria da Argumentação no Discurso (doravante TAD), proposta por Ruth Amossy.

Nosso objetivo é investigar de que forma os interlocutores negociam os objetos de discurso ou referentes numa interação digital polêmica via Twitter. Nosso *corpus*, portanto, se constitui de respostas de usuários da referida rede social a um *tweet* do perfil da *Folha de S. Paulo* que veicula uma notícia sobre o uso da linguagem neutra por parte do governo Lula. Tanto a notícia quanto o *tweet* da *Folha de S. Paulo*, e as respostas dos usuários, datam de janeiro de 2023. A linguagem neutra, que consiste na proposta de adaptar a língua para incluir pessoas que não se encaixam no padrão de gênero, é um tema recorrentemente debatido nas redes sociais, e tem gerado uma polêmica aparentemente insolúvel entre os que defendem e os que rejeitam seu uso. Assim, a justificativa por trás da escolha dos dados a serem analisados é a relevância que o tema linguagem neutra tem alcançado no debate público brasileiro.

A polêmica – que nos interessa neste trabalho, uma vez que atravessa a interação a ser analisada – tem sido discutida por Amossy (2017). A autora, indo na contramão do estigma que, segundo ela, tradicionalmente reveste a polêmica no espaço público, defende sua importância nas sociedades democráticas e dedica, inclusive, uma das modalidades argumentativas da sua TAD, a modalidade polêmica, especificamente para ela. Em relação à referenciação, que é a estratégia de textualização que elegemos como categoria de análise, seguimos de perto os postulados de Mondada e Dubois (2003), que concebem o fenômeno de forma dinâmica, rejeitando a visão referencialista de linguagem. Além disso, valemo-nos dos avanços alcançados pela segunda tendência de estudos em referenciação (CUSTÓDIO FILHO, 2011), que tem tratado a construção dos referentes de forma ainda mais complexa e difusa, considerando a dinâmica textual como um todo.

Quanto à organização, o trabalho divide-se em quatro partes, além das considerações iniciais e finais: na primeira parte, discutimos a interface entre LT e TAD; na segunda, tratamos especificamente da modalidade polêmica de argumentação; na terceira, abordamos o fenômeno da referenciação; e na quarta, por fim, apresentamos a análise dos *tweets*.

¹ Depois de comprado pelo empresário Elon Musk, o Twitter mudou de nome, passando a ser chamado, a partir de julho de 2023, de X.

2. Linguística Textual e Teoria da Argumentação no Discurso: construindo o diálogo

A interdisciplinaridade é uma marca indisfarçável da LT: foi estabelecendo diálogo com diversas disciplinas e orientações teóricas que ela pôde refinar, ao longo de sua trajetória, a concepção de texto com que opera. Se hoje é truísmo afirmar que o texto não se limita à materialidade linguística e incorpora dimensões como a pragmática, o discurso e a sociocognição, muito se deve a tais diálogos. Sabendo da importância desses contatos teóricos, situamo-nos aqui especificamente em mais um deles, o qual tem se mostrado bastante frutífero: o diálogo com a TAD, de Ruth Amossy, que tem sido desenhado especialmente por pesquisadores do grupo Protexto, da Universidade Federal do Ceará. Trabalhos como o de Macedo (2018), Cavalcante (2016) e Cavalcante et al. (2020) – os quais seguimos de perto – lançam as bases do diálogo.

Importa destacar, logo de saída, como o faz Cavalcante (2016), que a teorização sobre a argumentação não compete à LT, mas às diferentes teorias argumentativas. O que a LT tem feito é tomar “[...] a argumentação como um pressuposto inegável e como uma motivação para a análise de diversas estratégias de organização textual” (CAVALCANTE, 2016, p. 107). Tem-se aceitado, assim, que a construção da textualidade é necessariamente argumentativa, e é como dimensão subjacente à tal construção – e que, portanto, ajuda a explicá-la – que a argumentação interessa à LT.

Passemos, então, a entender como se caracteriza a TAD de Amossy e como ela pode ser vinculada à LT. A TAD surge da tentativa de Amossy (2007, 2011, 2020) de incorporar a retórica (a clássica e a nova) à Análise do Discurso (AD). Um movimento teórico dessa natureza requer alguns ajustes, uma vez que as disciplinas envolvidas no diálogo concebem de forma distinta algumas categorias teóricas fundamentais. É o caso, por exemplo, da noção de sujeito. Como apontam Macedo (2018) e Cavalcante et al. (2020), a noção de sujeito da TAD é o resultado de um ajuste entre o sujeito da AD (tido como coagido ideológica ou discursivamente ou, ainda, submetido ao inconsciente) e o sujeito da retórica (um sujeito soberano, dono de seu dizer, apto a conduzir a interação de modo a efetivar seus propósitos persuasivos). Equilibrando-se entre essas duas concepções, o sujeito da TAD é, ainda na esteira dos autores mencionados, ao mesmo tempo estrategista, já que opera sobre a linguagem para alcançar seus propósitos, e coagido pelos fatores de ordem social. Essa concepção é semelhante à assumida pela LT, o que favorece o diálogo que buscamos estabelecer.

Outra noção fundamental que precisa ser discutida é a de argumentação. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1970, p. 5 citado por AMOSSY, 2020, p. 21), fundadores da Nova Retórica, concebem a argumentação como “as técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que são apresentadas ao seu assentimento”. Essa concepção, como se depreende, assenta-se na defesa de teses: o objetivo último da argumentação seria convencer o auditório a aceitar uma determinada tese. Tomando a concepção da Nova Retórica como ponto de partida, Amossy (2020) formula sua própria conceituação de argumentação, com algumas ampliações fundamentais. Para a autora, a argumentação pode ser definida como:

[...] os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema (AMOSSY, 2020, p. 47).

Como facilmente se percebe, a defesa de uma tese é apenas uma das facetas da concepção de argumentação sustentada pela TAD, já que a teoria se assenta no princípio básico de que a argumentação é indissociável de toda e qualquer manifestação de linguagem. Assim, a argumentação estaria presente também em discursos que funcionam de modo a apenas orientar os modos de ver. É esta a base da distinção entre *visada* e *dimensão* argumentativa proposta por Amossy (2020): o discurso é de visada argumentativa, quando há uma programação estratégica e consciente, por parte do locutor, para persuadir o alocutário através da hierarquização de argumentos – é o caso, por exemplo, de um editorial jornalístico; a dimensão argumentativa, por sua vez, recobre todo e qualquer discurso, inclusive aqueles a que faltam essa programação estratégica e consciente e centram-se tão somente em modificar os modos de ver e de sentir do alocutário, pois mesmo, nesses casos, há a negociação de pontos de vista – isso acontece, por exemplo, em descrições (de personagens, cenários e situações) presentes em gêneros literários.

Quanto aos princípios de análise, a TAD comporta, segundo Amossy (2020), seis abordagens: 1) uma abordagem linguageira; 2) uma abordagem comunicacional; 3) uma abordagem dialógica; 4) uma abordagem genérica; 5) uma abordagem figural; e 6) uma abordagem textual. Sobre esse último tipo de abordagem, a textual, fazem-se necessárias algumas considerações para o diálogo que estamos estabelecendo. Para Amossy (2020, p. 41), a argumentação deve ser estudada no nível de sua construção textual, sendo o texto “[...] um conjunto coerente de enunciados que formam um todo”. Ocorre que essa definição de texto já foi há décadas superada pela LT e não encontra respaldo nos estudos atuais da disciplina. Atualmente, entre as definições de texto aceitas na LT, está aquela discutida em Cavalcante et al. (2020), que o consideram um evento comunicativo que acontece de modo único e irrepetível, no qual os interlocutores constroem sentidos de modo negociado, tendo como pano de fundo o contexto sócio-histórico.

Operando com essa concepção de texto mais refinada, a LT amplia os horizontes da abordagem textual da TAD, oferecendo, como contribuição para a interface, critérios ou estratégias textuais para a análise da argumentação. Macedo (2018) aborda em detalhes três critérios textuais que podem ser utilizados para a análise da argumentação no discurso: a intertextualidade, a composicionalidade (que diz respeito à composição do texto e se desdobra em plano de texto e sequencialidade) e a referenciação. Cavalcante (2016) menciona, além desses três, a escolha do gênero discursivo, a organização da manutenção e da progressão tópica, as marcas de heterogeneidade enunciativa e de outras indicações do agenciamento de vozes, as formas de metadiscurso (isto é, as sinalizações quanto ao posicionamento e o engajamento do locutor) e as indicações interacionais da polidez linguística.

O diálogo entre LT e TAD, como sugerem Cavalcante et al. (2020), fica, portanto, assim estabelecido: a LT se aproveita dos princípios gerais da TAD e passa a adotar o postulado de que todo texto é argumentativo; em contrapartida, oferece o seu programa analítico, com seus critérios de análise textual, à TAD.

3. A modalidade polêmica de argumentação

A argumentação, sendo intrínseca ao discurso, como propõe a TAD, é descrita por Amossy (2008), a partir de modalidades argumentativas que se caracterizam, de acordo com Macedo (2018, p. 51), com base em três parâmetros:

- i) os papéis desempenhados pelos participantes no dispositivo enunciativo (parceiros, adversários);
- ii) a maneira pela qual ocorre a tentativa de persuasão (apaixonada, racional, colaborativa, instrutiva); e iii) o modo como o interlocutor é concebido (ser de razão e/ou de sentimento, aluno ou discípulo, cúmplice ou rival etc.).

Tais parâmetros já revelam, de saída, como são variadas as possibilidades de estruturação da interação argumentativa, indo desde uma deliberação racional entre parceiros a uma discussão apaixonada entre adversários. Amossy (2008) discute seis modalidades argumentativas: a) a modalidade demonstrativa (que se vale do raciocínio partilhado), b) a modalidade patética (que apela ao sentimento), c) a modalidade pedagógica (que almeja gerar um conhecimento), d) a modalidade de coconstrução (que se assenta na colaboração), e) a modalidade negociada (que visa negociar as diferenças) e f) a modalidade polêmica (que se caracteriza pelo conflito). Aqui nos interessa descrever apenas a modalidade polêmica, à qual Amossy dedicou-se exaustivamente em sua obra *Apologia da polêmica* (2017).

As reflexões de Amossy (2017) acerca da polêmica partem da constatação de uma posição bem enraizada culturalmente: a polêmica é malvista, estigmatizada. A razão dessa visão negativa, como argumenta a autora, reside na associação estrita entre polêmica e desacordo – o que entra em choque com o ideal de harmonia social das sociedades democráticas, que valorizam o acordo, o consenso. É essa posição de valorização do consenso que Amossy (2017) encontra ao revisitar a Retórica, de Aristóteles; e a Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Há, na base das duas retóricas (a clássica e a nova), a ideia de que o fim último de toda interação verbal que se pretenda racional é chegar a um acordo em relação a questões de interesse da coletividade. Sendo assim, o dissenso é tido como algo a ser superado.

Na contramão disso, Amossy (2017) reconhece a importância da polêmica nas sociedades democráticas modernas – tão marcadas pelo pluralismo, o que inviabiliza, muitas vezes, o acordo –, ao defender, entre outras coisas, que ela permite gerir os conflitos no espaço público sem que se apele à violência física. Assim, definindo a polêmica como “[...] um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios das sociedade (*sic*) mais ou menos importantes numa dada cultura” (AMOSSY, 2017, p. 49), a autora estabelece a polêmica como uma das modalidades argumentativas, conforme apontamos anteriormente. Examinaremos, a partir de agora, o que caracteriza essa modalidade argumentativa.

Amossy (2017) caracteriza a modalidade polêmica a partir de três traços definidores: a dicotomização de teses, a polarização ou divisão social e a desqualificação do adversário. De acordo com a autora, a dicotomização de teses está atrelada à própria natureza conflitual da polêmica, que prima pelo choque de opiniões contrárias, as quais se combatem e se excluem, de modo a marcar a dicotomização. Essa configuração contrasta fortemente com aquele tipo de interação

argumentativa em que os sujeitos envolvidos buscam superar as diferenças para chegar ao acordo – algo que é bastante difícil na polêmica. Amossy (2017) chama à atenção, ainda, o fato de que a dicotomização nem sempre se apresenta de forma absoluta e bem delimitada como na confrontação entre, por exemplo, coletivismo e individualismo, tolerante e intolerante, direita e esquerda. Seria preciso, então, recorrer ao contexto sociocultural, já que as circunstâncias históricas podem revelar desdobramentos e nuances entre crenças.

A polarização ou divisão social, por sua vez, seria, conforme Amossy (2017), um fenômeno social que consiste no reagrupamento dos participantes do embate discursivo em campos diferentes. Tem-se, assim, um Proponente, um Oponente e um Terceiro – entendidos como papéis actanciais, e não como pessoas –, configurando a estrutura actancial. Ao Proponente, cabe o papel de defender uma das teses que se entrecrocavam no conflito polêmico; o Oponente, por seu turno, se opõe à posição defendida pelo Proponente, de modo a marcar sua posição no lado oposto do embate; o Terceiro, por fim, atua como ouvinte-espectador da interação, exposto aos posicionamentos do Oponente e do Proponente. As diferenças entre Proponente e Oponente são tão profundas que as chances de se chegar a um acordo são basicamente nulas; eles não argumentam, portanto, para convencerem-se um ao outro: é a adesão do Terceiro, que acompanha o debate, que eles almejam.

Por fim, a desqualificação do adversário consiste, para Amossy (2017), no movimento de depreciação do outro ou do grupo por ele representado. Essa estratégia tem o objetivo claro de, ao desacreditar o Oponente, enfraquecer ou anular os argumentos defendidos por ele. O procedimento mais atenuado de desqualificação do outro, segundo a autora, seria atacar a sua palavra, de modo a atingi-lo apenas indiretamente. No entanto, os ataques mais diretos à identidade do outro e/ou de seu grupo são também bastante comuns nos conflitos polêmicos. Em casos mais extremados, pode-se considerar o Oponente um “[...] um inimigo irreductível e tentar reduzi-lo ao silêncio, até mesmo excluí-lo do diálogo” (AMOSSY, 2017, p. 60). Ocorre muitas vezes, nesses casos em que o confronto é mais exacerbado, a metáfora da diabolização do outro, como aponta Amossy (2017), com o adversário passando a ser representado como o mal absoluto, visto como indigno até mesmo de participar da troca argumentativa.

Considerando tudo o que foi exposto, ressalta-se que a investigação sistemática em torno da polêmica tem enriquecido o debate no campo da argumentação, especialmente ao mostrar as importantes funções desempenhadas pelos conflitos polêmicos em sociedades democráticas pluralistas. Tem-se desenvolvido, de forma bem-sucedida, a “retórica do dissenso” advogada por Amossy (2017).

4. A referência

Como o critério de textualidade que elegemos para nossas análises é a referência, fazemos-se necessárias algumas considerações teóricas sobre esse fenômeno. Começamos por contrapor, apoiando-se em Marcuschi (2008), as duas tendências básicas no tratamento da referência. A primeira delas, como aponta o autor, fundamenta-se numa visão realista e objetiva de lingua-

gem, que é vista como transparente e referencialista. Essa tendência, apostando numa estrita correspondência entre as palavras e as coisas, pode ser ilustrada pela metáfora do espelho: a linguagem refletiria, de modo preciso, o mundo. A segunda tendência, por sua vez, concebe a linguagem como atividade sociocognitiva e salienta que é preciso considerar, na construção da referência, a interação, a cultura, a experiência e aspectos da situação.

As pesquisas em LT, já há mais de duas décadas, têm assumido, consensualmente, os postulados da segunda tendência, cujas bases foram lançadas por estudos pioneiros, como o de Mondada e Dubois (2003). Essas autoras foram responsáveis, inclusive, por cunhar o termo *referenciação*, para designar o ato de referir, que era até então nomeado de *referência*. As autoras destacam, no trecho a seguir, as implicações dessa mudança:

[...] passando da referência à referenciação, vamos questionar os processos de discretização e de estabilização. Esta abordagem implica uma visão dinâmica que leva em conta não somente o sujeito ‘incarnado’, mas ainda um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo. Este sujeito constrói o mundo ao curso do cumprimento de suas atividades sociais e o torna estável graças às categorias – notadamente às categorias manifestadas no discurso. Isto significa que, no lugar de fundamentar implicitamente uma semântica linguística sobre as entidades cognitivas abstratas, ou sobre os objetos *a priori* do mundo, nós nos propomos reintroduzir explicitamente uma pluralidade de atores situados que discretizam a língua e o mundo e dão sentido a eles, constituindo individualmente e socialmente as entidades (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20).

É no discurso, portanto, que os sujeitos constroem essas entidades – daí a referenciação ser considerada uma atividade discursiva. Em decorrência disso, Mondada e Dubois (2003) designam os referentes como objetos de discurso, que são representações construídas discursiva e sociocognitivamente, não se confundindo com os objetos *a priori* do mundo. Um conceito de referenciação que se assenta nessas bases (e que adotamos neste trabalho) é o proposto por Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), que concebem o fenômeno como a construção sociocognitivo-discursiva e negociada de objetos de discurso reveladores de versões da realidade.

Os objetos de discurso, também chamados de referentes, são construídos no texto a partir de processos referenciais, a saber: a introdução referencial, a anáfora e a dêixis. É de nosso interesse discutir apenas os dois primeiros, e o faremos com base em Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014). A introdução referencial, destacam os autores, consiste, em linhas gerais, na “estreia” do referente no texto, podendo essa estreia se realizar por meio de uma expressão referencial ou da utilização de imagem, por exemplo. A anáfora, conforme os mesmos autores, concerne à continuidade referencial, isto é, à retomada de um referente. Tal retomada pode acontecer de três diferentes formas: com uma anáfora direta, quando se retoma um mesmo referente, havendo, pois, correferencialidade; com uma anáfora indireta, quando a remissão se dá a outros referentes, ancorados no co(n)texto; com uma anáfora encapsuladora, quando se retoma e resume porções contextuais de extensão variável.

Custódio Filho (2011) propõe que a (re)construção dos referentes seja examinada a partir dos processos de *apresentação* e de *mudança*. A apresentação, que corresponde à introdução referencial, refere-se ao modo como o referente se manifesta pela primeira vez no texto. A apre-

sentação serve de base para a efetivação da mudança, que corresponde ao procedimento anafórico e consiste nos acréscimos feitos aos referentes ao longo do texto. Para o autor, o processo de mudança pode se efetivar por três tipos diferentes: a *mudança por acréscimo*, que adiciona novos traços ao referente, modificando sua situação inicial; a *mudança por correção*, que imprime mudanças no sentido contrário ao que se vinha estabelecendo, de maneira a promover o efeito surpresa; e a *mudança por confirmação*, que diz respeito à manutenção de traços anteriormente acrescidos ao referente. Cavalcante e Brito (2016) rejeitam essa subdivisão do processo de mudança, por considerá-la redundante, e propõem que todos os tipos de mudanças sejam concebidos como recategorizações. As autoras estabelecem, assim, que a (re)construção dos referentes seja descrita em termos de *apresentação e retomada recategorizadora*.

A (re)construção dos referentes tem sido tratada à luz de duas tendências² de estudo, como aponta Custódio Filho (2011). Essas duas tendências assumem os mesmos fundamentos básicos propostos por Mondada e Dubois (2003), diferenciando-se pelo foco analítico e pelo ponto de vista metodológico: a primeira tendência, de acordo com Custódio Filho (2011), privilegia a análise das expressões referenciais, atentando-se para as funções que estas desempenham no texto. Há, portanto, certa limitação formal no tratamento dos referentes. A segunda tendência, destaca o mesmo autor, interessa-se pela construção dos referentes dentro de uma dinâmica textual muito ampla, o que significa considerar, além das expressões referenciais, toda a superfície textual, bem como aspectos sociais, circunstanciais e históricos, e o aparato cognitivo. Essa segunda tendência, pois, confere maior complexidade e dinamismo à (re)construção dos referentes, razão pela qual assumimos seus procedimentos metodológicos e analíticos neste trabalho.

Interessa-nos, por fim, tratar da relação indissociável entre referenciação e argumentação, relação essa que tem sido explorada por um enorme volume de pesquisas em LT. Cavalcante et al. (2020) chamam atenção para o fato de que os sujeitos (re)elaboram os referentes no texto, para tentar interferir na visão de mundo uns dos outros, e é nisso, basicamente, que consiste o caráter argumentativo da referenciação. Se aceitamos, com base no diálogo entre LT e TAD, que todo texto é irremediavelmente argumentativo, podemos postular que a construção da argumentação passa diretamente pelo modo como os referentes são (re)elaborados no texto. Pode-se dizer, portanto, que a referenciação é uma das mais eficazes estratégias argumentativas.

Em relação à modalidade argumentativa polêmica, especificamente, Custódio Filho (2017) salienta que os sujeitos envolvidos na troca polêmica – a qual se assenta na manutenção do dissenso, como já dissemos – propõem traços distintos (e conflitantes, diríamos) para um mesmo referente. Dizendo de outro modo, o embate entre opiniões conflitantes, característico da polêmica, passa pelos modos distintos de (re)elaboração, por parte do Proponente e do Oponente, dos referentes em jogo na interação.

² Essas duas tendências de estudo não se confundem com as duas tendências básicas *no tratamento da referência* discutidas por Marcuschi (2008), as quais apresentamos anteriormente.

5. Análise dos dados

No dia 24 de janeiro de 2023, a conta oficial do jornal *Folha de S. Paulo* no Twitter publicou um *tweet*³ contendo o título, o *lead* e o *link* de uma notícia veiculada pelo referido jornal sobre a utilização de linguagem neutra por parte da Agência Brasil. A título de contextualização, a notícia aborda o conteúdo da reportagem da Agência Brasil (a rede pública de comunicação do governo), intitulada “Parlamentares eleitos reúnem-se pela primeira vez em Brasília”, na qual se faz uso da linguagem neutra, cujo objetivo pretendido é incluir pessoas que não se encaixam no padrão de gênero binário. Além de conter trechos da reportagem e informações sobre o evento coberto por ela, a notícia destaca, por exemplo, o fato de a linguagem neutra já ter sido usada outras vezes no governo Lula, bem como as críticas que seu uso tem sofrido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores e por alguns gramáticos.

O próprio tema da notícia funciona como gatilho para a polêmica, já que a viabilidade do uso da linguagem neutra tem sido recorrentemente debatida na sociedade brasileira, com opiniões conflitantes que se dividem entre os que apoiam e os que rejeitam a proposta. Nas respostas ao *tweet* da *Folha de S. Paulo*, os usuários da rede social Twitter concretizam a polêmica. Vejamos como isso ocorre no bloco de respostas⁴ apresentado a seguir:

No decorrer da história, a linguagem sempre muda, principalmente a gramática. Óbvio que é difícil se acostumar com a linguagem neutra, ainda mais em um país preconceituoso como o nosso. Mas não há nada de anormal. (Participante 01).

O terraplanismo ideológico que chama, só muda o lado do cercadinho. (Participante 02).

A linguagem muda quando a sociedade quer mudá-la, e são mudanças que facilitam a linguagem, não aberrações linguísticas que felizmente não vão longe. (Participante 03).

Se daqui a 50 anos esse negócio tiver capilarizado no país eu concordo com você. (Participante 04). Mudou de forma natural, acompanhando a linguagem natural. Nunca foi a agenda de um movimento autoritário (não estou falando do grupo de pessoas não binárias) querendo impor uma invencionice. (Participante 05).

Não é questão de “acostumar-se”, a linguagem neutra não é aplicável à nossa gramática.

Ex: “Meus dois primos de Natal estão exaustos após a viagem.

Como essa frase ficaria em linguagem neutra? Trocaria só o “exaustos” por “exaustes”? E a parte inicial da oração, não? (Participante 06).

A linguagem muda de baixo para cima e não de cima para baixo. É com a utilização popular que os gramáticos vão ajustando e não essa forçação de barra. (Participante 07).

Mudanças ..e mudanças. Essa é bastante questionável. Continuarei sem usá-la. (Participante 08).

A resposta do Participante 01 dá início ao debate polêmico. Ele assume o papel social de Proponente da tese (não explicitada, mas inferível) de que o uso da linguagem neutra é viável. Para

³ Disponível em: <<https://twitter.com/folha/status/1617854990407663616?t=jhrIAq564arjvyniQwn1g&s=19>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

⁴ Disponível em: <https://twitter.com/7_Donadone/status/1617857511738183681?t=KLh7SKhQKeLLhsejXqYJ6w&s=19>. Acesso em: 28 jan. 2023.

defender sua posição, o usuário se apoia inicialmente no argumento linguístico de que a linguagem sempre muda. Na construção desse argumento, o Participante 01 põe em cena o referente “linguagem”, recategorizando-o com o traço “mutável”, traço esse apreensível pela predicação “sempre muda”. Outro referente saliente na construção do argumento é “a gramática”, ali posto para sustentar a ideia de que é principalmente nesse componente da linguagem que recaem as mudanças pelas quais ela passa. A proposta da linguagem neutra, vale dizer, passa diretamente pelo componente gramatical, especificamente pelo uso de desinências para marcar o gênero dos nomes, como no exemplo de “eleites”, utilizado na reportagem sobre a qual a notícia da *Folha de S. Paulo* trata. Assim, o destaque dado à gramática pelo usuário tem um papel importante no desenvolvimento da argumentação. Temos, até aqui, um movimento argumentativo que poderia ser assim organizado: se a linguagem muda (especialmente na gramática) e a linguagem neutra é um tipo de mudança, então não há motivos para opor-se a ela.

Em seguida, o Participante 01 promove a retomada do referente “linguagem neutra” – apresentado no *tweet* da *Folha de S. Paulo* ao qual o usuário responde – e o recategoriza ao atribuir-lhe o traço “difícil (de) se acostumar”. O usuário acentua essa dificuldade, ao dar destaque ao referente “Brasil” (onde o uso da linguagem neutra em questão está sendo discutido), que é categorizado como um “país preconceituoso”. Ocorre, nesse caso, um processo metonímico, pois quem se quer taxar de preconceituosas são as pessoas do Brasil, uma vez que um país não é preconceituoso em si mesmo. Verifica-se, do ponto de vista argumentativo, uma estratégia de desqualificação do outro, bastante característica da modalidade polêmica: os Oponentes da tese de que a linguagem neutra é viável são desqualificados como preconceituosos, sendo essa a razão (ou uma das razões), segundo o Participante 01, que torna a linguagem neutra “difícil de se acostumar”. Por último, o usuário efetua mais uma retomada recategorizadora ao referente “linguagem neutra”, reelaborando-o a partir da predicação “não há nada de anormal”. Tal recategorização fortalece a argumentação em defesa do uso da linguagem neutra.

Na sequência, vemos as respostas de sete outros usuários ao *tweet* do Participante 01. Todos os sete assumem o papel social de Oponente, uma vez que rejeitam a tese de viabilidade da linguagem neutra defendida pelo Proponente. O Participante 02 se utiliza da anáfora encapsuladora “terraplanismo ideológico”, para resumir e retomar todo o posicionamento expresso pelo Participante 01. Essa anáfora é carregada de um forte teor avaliativo, vinculado à alusão ao movimento terraplanista, que se caracteriza pelo anticientificismo e pelo negacionismo na defesa de que a Terra é plana. Ao avaliar a proposta da linguagem neutra como “terraplanismo ideológico”, o Participante 02 ataca a tese de seus defensores, julgando-a descabida e sem fundamento. Além de desqualificar a tese, há uma desqualificação mais direta de seus Proponentes, já que uma recategorização autorizada pelo texto é a de defensores da linguagem neutra como “terraplanistas ideológicos”. O Participante 02 mobiliza, ainda, o referente “o lado do cercadinho”, no qual situa os defensores da linguagem neutra.

O Participante 03 confirma o traço “mutável” (inicialmente imputado pelo Participante 01) ao referente “linguagem”, mas, logo em seguida, opera uma recategorização por acréscimo, ao declarar que as mudanças que recaem sobre a linguagem ocorrem apenas quando a sociedade quer e que tais mudanças são do tipo “que facilitam a linguagem”. Outro referente retomado

e recategorizado pelo usuário é “linguagem neutra”, o qual ele avalia negativamente como “aberrações linguísticas que felizmente não vão longe”, de modo a atacar a tese adversária. Nota-se, assim, que Proponente e Oponente, ao dicotomizarem suas teses, propõem traços distintos para os mesmos referentes, com destaque para o referente “linguagem neutra”, o centro do debate, que o Proponente recategoriza com o traço “nada de anormal”, enquanto o Oponente recategoriza com a expressão “aberrações linguísticas que felizmente não vão longe”. A negociação dos referentes, portanto, é conflituosa, acompanhando a própria natureza da modalidade polêmica.

O Participante 04 mobiliza os referentes “linguagem neutra” (recategorizado pela expressão referencial “esse negócio”) e “Brasil” (que ele retoma pela expressão “o país”), para expressar seu ceticismo em relação à distribuição do uso da linguagem neutra pelo Brasil. O Participante 05, por sua vez, apresenta o referente “um movimento autoritário”, que seria liderado pelos defensores da linguagem neutra (isto é, os Proponentes da polêmica em questão), mas que não incluiria, segundo o próprio usuário, o grupo de pessoas não binárias. O uso dessa expressão referencial, sobretudo pela carga axiológica do modificador “autoritário”, configura-se, pois, como uma estratégia de desqualificação do Proponente, já que se busca atacar sua imagem. Outro referente retomado, também decisivo na tomada de posição do Participante 05, é “linguagem neutra”, que é recategorizado como “uma invencionice”, de modo a atacar a tese adversária e acentuar a rejeição do usuário pela proposta.

Na resposta seguinte, de autoria do Participante 06, o referente “linguagem neutra” é mais uma vez retomado. O usuário recategoriza esse referente com o traço “não aplicável à nossa gramática”, traço esse atribuído via predicação e que constitui um ataque direto à tese adversária: ao dizer que a linguagem neutra não se aplica à gramática da língua portuguesa – um argumento de cunho linguístico –, o usuário se lança contrariamente às próprias bases teóricas da proposta de linguagem neutra, isto é, a ideia de que a língua poderia se adaptar estruturalmente para incluir pessoas que não se encaixam no padrão de gênero binário. Para ilustrar seu posicionamento, o Participante 06 utiliza-se de um exemplo (uma sentença, ao que parece, artificialmente criada) e, a partir dele, reflete sobre a dificuldade que seria adaptar a estrutura das palavras presentes na sentença para atender às necessidades da linguagem neutra.

Na sequência, o Participante 07 opera uma recategorização por correção ao referente “linguagem”. Lembremos que o Participante 01 (o Proponente) é quem primeiro imprime o traço “mutável” ao referente em questão. A correção do Participante 07 vai no sentido de destacar que a linguagem muda, mas “muda de baixo para cima e não de cima para baixo”. Para reforçar essa ideia, o usuário apresenta dois novos referentes: “a utilização popular”, que consistiria no movimento “de baixo para cima” e “os gramáticos”, a quem seria dada a tarefa de “ajustar” as mudanças acolhidas pelo povo. A argumentação desenvolvida pelo Participante 07, assim, apoia-se no entendimento de que a linguagem neutra não tem apelo popular – o que é reforçado pela recategorização que o usuário imprime ao referente “linguagem neutra” por meio da expressão referencial “essa forçação de barra”, de claro valor depreciativo. Todos os referentes mobilizados pelo Participante 07 convergem para o ataque da tese em defesa do uso da linguagem neutra. Por fim, o Participante 08 também se contrapõe ao uso da linguagem neutra, ao recategorizá-la



como um tipo de mudança “bastante questionável”, e explicita sua decisão de não aderir à proposta, embora não descarte a possibilidade da mudança.

Como vimos, a interação desencadeada nas respostas ao *tweet* da *Folha de S. Paulo*, que se configurou como um texto poligerido (CAVALCANTE et al., 2022), reveste-se dos três traços definidores da modalidade polêmica: a dicotomização de teses, marcada pelo conflito entre a tese que sustenta a viabilidade do uso da linguagem neutra e a tese que defende o exato oposto; a polarização social, com os sujeitos envolvidos na interação assumindo os papéis sociais de Proponente (no caso do usuário Roberto) e Oponente (no caso dos demais usuários) – além do Terceiro (os leitores dos *tweets*, neste caso), uma espécie de participante indireto que acompanha o debate e que é o alvo da persuasão tanto do Proponente quanto do Oponente; e a desqualificação do adversário, seja pelo ataque à sua tese – a forma mais moderada –, seja por meio de um ataque mais direto. Nesse último caso, encaixam-se, por exemplo, o ato do Proponente de caracterizar os adversários como preconceituosos, bem como, ao contrário, o ato dos Oponentes de caracterizar os defensores da linguagem neutra como pertencentes a “um movimento autoritário” e como “terraplanistas ideológicos”.

Essa configuração da modalidade polêmica em torno da linguagem neutra passou diretamente pelo modo como Proponente e Oponente negociaram os referentes mais importantes do texto. O conflito dessa negociação se explicitou sobretudo em relação ao referente “linguagem neutra”, que recebeu, por parte do Proponente, o traço “nada de anormal”, enquanto os Oponentes trataram o mesmo referente, por exemplo, como “uma invencionice” ou como “aberrações linguísticas”.

6. Considerações finais

Já se pode, acreditamos, considerar truísmo a afirmação da produtividade do diálogo entre LT e TAD que sustenta este trabalho: o grande volume de pesquisas que dele se valem falam por si. Trata-se, como salientam Cavalcante et al. (2020), de um diálogo “simbiótico” e “retroalimentar”, o que significa que as duas disciplinas em interface têm a ganhar. A LT ganha com pressupostos sobre argumentação que enriquecem sua forma de abordar a construção textual dos sentidos. A TAD, por sua vez, ganha com categorias de análise com as quais pode refinar o modo com que apreende a argumentação inerente ao funcionamento discursivo.

Como demonstramos, a referenciação é fundamental para a argumentação, uma vez que os interlocutores envolvidos na interação buscam, por meio da (re)elaboração dos referentes, influenciarem-se uns aos outros. No texto que analisamos, que se configura na modalidade polêmica de argumentação, os sujeitos envolvidos (um no papel de Proponente e os demais no papel de Oponente) negociam os referentes de maior destaque no texto de modo conflituoso, pois é intrinsecamente conflituosa a própria modalidade polêmica, e isso não poderia deixar de refletir na (re)construção dos referentes.

Esperamos contribuir para reforçar a ideia de que a interface entre LT e TAD é frutífera e aberta a muitas possibilidades investigativas. A modalidade polêmica é apenas um dos modos

de configuração da argumentação. Há ainda outros sendo investigados e por serem investigados. De igual modo, a referenciação é apenas uma das estratégias textuais pela qual se pode apreender a argumentação. Sendo assim, há muito a ser explorado a partir do contato entre LT e TAD.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Os autores participaram de todas as etapas de produção do artigo.

FINANCIAMENTO

Não houve financiamento para a realização desta pesquisa.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores não têm conflitos de interesses a declarar.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 9, p. 121-146, 2007.
- AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, C. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.
- AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011.
- AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Trad. de Mônica Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2017.
- AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2020.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.
- CAVALCANTE, M. M. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. **ReVEL**, ed. especial, v. 14, p. 106-124, 2016.
- CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. O caráter naturalmente recategorizador das anáforas. In: AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R (org.). **Estudos do discurso: caminhos e tendências**. São Paulo: Paulistana, 2016. p. 119-133.
- CAVALCANTE, M. M. et al. **Linguística Textual e argumentação**. Campinas: Cortez, 2020.
- CAVALCANTE, M. M. et al. **Linguística Textual: conceitos e aplicações**. Campinas: Pontes, 2022.



CUSTÓDIO FILHO, V. **Múltiplos fatores, distintas interações**: esmiuçando o caráter heterogêneo da referência. 2011. 331p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CUSTÓDIO FILHO, V. Rediscutindo o princípio de construção negociada dos objetos de discurso. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 2, n. 36, p. 63-77, jul./dez.2017.

MACEDO, P. S. A. **Análise da argumentação no discurso**: uma perspectiva textual. 245 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referência. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). **Referênciação**. São Paulo: Contexto. 2003, p. 17-52.